

ECONOMIA RURAL NO BRASIL SEU SIGNIFICADO PARA O DESENVOLVIMENTO

A. R. TEIXEIRA FILHO

INTRODUÇÃO

Meus Senhores:

Ao receber o agradável convite, feito pela SOBER, de dirigir-me aos senhores nesta manhã impressionou-me, causando certas preocupações, o fato de ter que falar-lhes na abertura de nosso encontro.

Embora me sinta honrado com o convite, tenho que reconhecer que a missão exige de quem a executa, qualidades que só a experiência vivida pode emprestar. Quando se procura a "voz da experiência", não se pode esperar muito de um dos mais jovens participantes do encontro.

A incumbência é honrosa, aceitei-a, embora tenha que me confessar um tanto constrangido, face aos possíveis resultados a advir do que aqui revelar o meu procedimento.

Tratando-se de uma conferência de abertura, procurei observar qual a característica especial que deveria conter o trabalho. Revendo alguns "Presidential Address" de associações congêneres à nossa, pudemos verificar alguns fatos constantes em sua natureza.

O Prof. Milton Friedman (6), recentemente dirigindo-se à inauguração do encontro da Associação Americana de Economistas, propõe uma interpretação diferente para os problemas envolvidos no sistema macro-econômico de seu país, face à possível verificação das teorias monetárias existentes.

Charles Bishop (1), em seu discurso inaugural do encontro da AFEA, a SOBER dos Estados Unidos, discutiu a transformação da sociedade americana em sociedade urbana, problema ao qual tem sua vida ligada e ao qual se tem diri-

gido considerando as implicações registradas no mercado de trabalho para a agricultura.

Para citar um exemplo nosso, basta que se lembre da conferência do Dr. Ruy Miller Paiva (10) ao ensejo da abertura de nosso último encontro.

Há em todos êsses trabalhos um tom definido pela vivência do autor. Hoje talvez tenhamos uma conferência pronunciada em uma situação diferente.

A experiência que se vai mostrar, se é que se mostrará alguma, será algo antes de mais nada, acadêmico. O fato pode não ser nada prejudicial, contudo poderá oferecer imagens distorcidas de objetos concretizados em espaços diferentes. Adotando êste proceder acadêmico, resolvemos ir até Marshall, procurando algumas definições.

Reconhecendo o que nos seria exigido ao ensejo desta palestra, procuramos conduzir-nos com o cuidado impôsto pelos riscos a que se envolvem os que se defrontam com tema desta natureza. Há riscos porque o assunto é difícil. Há riscos na possível contorvérsia de opiniões. Sem querer lançar inovações, reconhecemos também que há riscos por se ter que tocar em certos "ortodoxismos". Há também, o que pode ser mais difícil de se contornar ou prever, expresso na incerteza das possíveis reações que enfrentará o nosso trabalho.

Sabedores de tudo isto, procuramos cautela no procedimento, sem contudo assumir uma posição de timidez. A mensagem não pode ser de um tímido, visto que pode exigir ação e clamar inovações, o que teria na timidez um de seus obstáculos iniciais.

Embora numa situação definida pelo verdor de alguém que inicia uma carreira, não nos preocupamos com êste fato e procuramos contrapô-lo pela circunstância de estarmos à frente de uma instituição que em Economia Rural, no Brasil, tem uma marca definida pelos trabalhos realizados em área de ensino e de pesquisa. O tema central de nossa conferência nos auxiliou neste ponto.

No presente estudo, após algumas considerações de ordem histórica, propomo-nos a discutir em têrmos funcionais, o papel da Economia Rural e do Economista Rural encarados como contribuição ao desenvolvimento. Em seguida procuramos colocar a pós-graduação como elemento que pode resolver o problema de capacitação do nosso Economista Rural.

Terminamos com um apêlo a nossos colegas Economistas Rurais no sentido de sermos mais atuantes.

A ECONOMIA RURAL NO BRASIL

Uma Nota Histórica

O que de início gostaríamos de afirmar sôbre a história da Economia Rural no Brasil preocupou-nos de certo modo, em razão da possibilidade de estarmos antes de mais nada impressionados pela nossa pequena possibilidade de perceber as coisas, tanto no tempo quanto no espaço.

É que, gostaríamos de afirmar que embora tenha o Brasil desde a descoberta, a sua economia prêsa por muitos laços à agricultura, não se registram na história de sua administração decisões guiadas por alguma coisa, que em Economia Rural poderia chamar-se "Técnica". Ao pensarmos nas possíveis conseqüências de tal afirmação, tentamos garantir a sua veracidade, chegamos mesmo a discutir o assunto com algumas pessoas de mais vivência na profissão. Pudemos, em primeira mão, constatar o fato. Com o acanhamento de quem reconhece a fraqueza e a possível pequena operatividade da sua profissão, resolvemos mencioná-lo no nosso trabalho, já com certa esperança de que seria uma afirmação constatável, até que encontramos uma citação que afirmava o seguinte:

... a política federal ao lidar diretamente com a agricultura tem sido formulada e administrada de modo estritamente ocasional, carecendo dos benefícios de uma pesquisa sólida, bem como de conselhos de especialistas que conheçam com profundidade a Economia Rural... O Brasil enfrenta de fato uma necessidade urgente de economistas rurais em número substancial. (9)

Estas afirmações aparecem na obra, ilustradas por um rodapé em que se exemplifica com o ocorrido em São Paulo, no ano de 1959/60, em que a Secretaria da Agricultura daquele Estado procurava fazer pelo legislativo uma lei de reforma agrária. Esta lei, afirma o autor, tinha a redação original tão frouxa que, se aprovada, traria resultados indesejáveis e ao mesmo tempo criaria uma série de problemas sociais. Um exame posterior provou não ter a dita lei passado pela consideração de sequer um dos Economistas Rurais que militavam em São Paulo.

O certo é que para alguém que crê na profissão à qual se dedicou (e é um conforto crer-se naquilo em que se investe), tornar-se difícil imaginar o empirismo da tomada de decisões relacionadas ao nosso setor agrícola, que desde o início tem sido o mais importante neste país.

É difícil de compreender e chega a ser inaceitável que depois de alguns séculos de dependência do nosso setor primário, não se tenha alcançado o status de se habituar à sistematização de procedimentos, oferecendo assim alguns elementos que se não dessem o rumo que as políticas deveriam tomar, indicaria pelo menos algumas direções que elas não deveriam tomar. Talvez que algumas dessas anotações pudessem ter se constituído nos rudimentos de aplicação de nossa Ciência no Brasil.

O exemplo que citamos mostra o caso em que havendo condições de se usar os conhecimentos de Economia Rural, não se usou pelo não entendimento de sua validade.

Havia também com relação ao mesmo nível de decisões outro problema de igual gravidade. As vezes se definiam na estrutura administrativa da agricultura nacional as posições que deveriam ser preenchidas por pessoas que entendessem de agricultura. A premissa é altamente aceitável e recomendável, todavia ela não garante, em nenhuma condição, a produtividade em que se quer implicar ao se designar que o indivíduo para o cargo X seja portador dêste ou daquele título.

Aceitando-se a lógica da determinação, designam-se as pessoas "certas" para as "posições certas" e os resultados às vezes não satisfazem às expectativas.

Recentemente, temos, em contatos diversos, podido notar casos em que a indicação de profissionais para ocupar determinados postos, feita com base na formação acadêmica da pessoa não conduziu aos resultados esperados. Enquanto isto, casos há também em que se a pessoa não pertence à profissão cujos representantes se julgam no direito de terem um colega ocupando o referido posto, promovem-se os movimentos em nome de uma propalada defesa de classe".

Há inúmeros dêstes exemplos; temos certeza de que cada um dos senhores lembra daquele que já experimentou em algumas de suas tarefas.

A outro nível também se poderia ter notado melhor desempenho da Economia Rural, o que não aconteceu. Referimo-nos agora aos pontos em que as decisões são tomadas

na unidade de ação, a firma, que no caso será a unidade empresarial rural.

Aqui existiram sempre algumas instituições que, de uma forma ou outra, procuravam dar assistência aos agricultores. Levando alguns conhecimentos que, às vezes, não foram, *in loco*, convenientemente provados ou testados, ia o técnico ao encontro do rurícola, que não conseguindo convencer-se das verdades que lhe eram expostas, não as adotava.

O técnico ao se expor àquêlê desentendimento procurava evitar a frustração, criando no comportamento de seu assistido o seu próprio fantasma, que por motivo de "sabedoria convencional" se coadunava muito bem com os ditos profissionais. Ai então adotava plenamente a afirmação de que: "O agricultor atrasado é arraigado a suas crenças, que o tornam avêso a mudanças e resistente a inovações".

Êstes exemplos podem ilustrar a ausência de nossa "profissão" em âmbitos práticos em que os conhecimentos de economia Rural, poderiam ser postos a uso, não importa que o fôsem como simples ferramentas que viessem apenas oferecer mais um ponto de apoio para as ações, fôsem essas a nível de política de govêrno, ou a nível de assistência a firmas individuais.

Se conseguimos mostrar que a Economia não tem sido útil ou não tem tido a oportunidade de o ser, precisamos encontrar outras ligações que expliquem tais fatos, visto que conforme já dissemos, somos daqueles que acreditam na sua profissão e temos certeza de que a contribuição que a Economia Rural pode dar é insofismável.

Dêste modo, arriscariamos a dizer que a Economia Rural como ciência, ou como agregado de conhecimento pode ser tão boa, tão eficiente quanto quem a sua.

Se inicialmente quem a usava não a conhecia, não há porque esperar que os resultados hajam sido promissores.

Se um elemento que decidisse sôbre a validade de uma ação governamental não entendesse o sentido econômico que tal ação assumia, êle não teria também elementos que pudessem garantir o sucesso econômico de seu trabalho. De outro lado, se o assessor técnico de uma fazenda não entende os princípios que darão um sentido econômico às inovações que pretende introduzir, é fácil de se interpretar que não consiga a sua transmissão.

A esta altura, já temos transposto o problema de uma situação em que culpávamos a Economia Rural, para uma em que responsabilizamos quem trabalha com ela; se nos

permitirem chamaremos êste elemento de “Economista Rural”.

Se nós o caracterizamos pela sua formação acadêmica, diríamos que era o agrônomo quase o único técnico que em sua formação profissional havia recebido alguns ensinamentos numa cadeira ou disciplina a que chamava “Economia Rural”.

Se era o agrônomo o único técnico que estudava noções de Economia Rural, qualquer outro técnico que estivesse exercendo a posição e a profissão de Economista Rural, estaria naturalmente deslocado e fadado a ser menos produtivo.

Por sua vez o agrônomo ao se arvorar do direito de ser o “Economista Rural”, o que é que êle tinha para oferecer? Via de regra, Economia Rural, no seu currículo acadêmico era uma disciplina que lhe era exposta entre outras 30, ou mais.

Esta disciplina aparecia no quarto ano dada a sua posição de ciência de cúpula, ou seja, que está em nível acima e depende das outras, por isso na ordem acadêmica teria que aparecer depois das outras matérias. O “formando” naturalmente não entendia, ou não entende esta ligação, admitindo antes de mais nada que terá ficado pelo fim talvez por eliminação, situação em que as primeiras coisas devem vir primeiro.

Assim, o Acadêmico de Agronomia estudando desde mineralogia, meteorologia, higiene veterinária, estudava também alguns conceitos bastante peculiares em sua abstração, a que se dava o nome de Economia Rural.

Esta disciplina ou cadeira, em certas escolas, era responsável pelo ensinamento de todo o conteúdo que correspondesse às ciências sociais que pudessem interessar a agricultura.

Como o tópicos eram inúmeros, competia ao discernimento do professor definir ou selecionar quais seriam ensinados dentro do período de 1 ano, com uma dosagem de aulas de 3 horas por semana, o que de início já se definia como uma limitação.

Em condições como as descritas, o curso naturalmente tinha que ser introdutório e nada além disso. Em curso desta natureza não se conseguirá formar técnicos com as credenciais que se almejam em um Economista Rural. Sendo assim, não se terá direito de exigir que êstes técnicos pudessem vir a exhibir na profissão de Economista Rural a produtividade desejada.

Como alguns dêles acabavam caindo em determinadas

posições sem que os conhecimentos fôsem exigidos, surgia a solução aflita da auto-didática, que em muitos casos se conduzia a resultados muito bons, na maioria das vêzes isto não acontecia. Ao fim de um ciclo, tinha-se que as funções do Economista Rural não eram desempenhadas à altura, porque via de regra, os economistas não estavam capacitados para desempenhá-las.

Estamos agora numa situação em que mencionamos fatos em determinada seqüência e se dermos o balanço veremos que tínhamos:

— As funções do economista rural sem ser desempenhadas;
— O economista rural sem a devida formação para pleitear suas funções e, às vêzes, sem condições mesmo de exercer as que tinha sob sua responsabilidade.

— As faculdades de agronomia não oferecendo a seus formados (futuros economistas rurais) condições adequadas à profissão*.

Parece que êstes três fatos podem ser nitidamente vistos na história de nossa profissão no Brail**.

Sem saber qual dêles vem primeiro e sem saber qual é o responsável pelos três, limitamo-nos a lançar um pensamento segundo o qual atribuiremos às “faculdades” grande parte da quele estado de coisas. Talvez a principal razão para nosso julgamento esteja no fato de que profissionalmente, sempre estivemos ligados a uma Universidade.

Ao responsabilizarmos parcialmente as “Universidades” pelo que oferece a nossa história temos em mente um raciocínio mais ou menos da seguinte ordem:

— Se as faculdades preparassem bem seus estudantes, êstes teriam mais consciência da produtividade que poderiam exhibir. Teriam, também, dêste modo coragem suficiente para defender sua profissão e pleiteariam as oportunidades de opinar nas decisões de interêsse da agricultura. Dêste modo, estariam oferecendo às políticas agrícolas aquêle elemento advindo de pareceres técnicos, o que concorreria para eliminar riscos e incertezas envolvidos naquelas decisões. Se aos mesmos estudantes fôsse ensinado que o conteúdo eco-

* Vale também lembrar que nem tudo foi tão igualmente mal — A Secretaria da Agricultura de São Paulo desde 1940 conta com sua funcional Divisão de Economia Rural, que sempre muito deveu à habilidade, energia e sagacidade de Ruy Miller Paiva. Por outro lado no Plano Acadêmico, a ESA de Viçosa nos legou a sua história devido aos esforços de homens como o nosso atual Magnífico Reitor Edson Potsch Magalhães e Erly D. Brandão.

** Um fato, que propositadamente não aparece na seqüência é o que se refere à condição de formação dos professores das faculdades de Agronomia, que via de regra, são ex-alunos das próprias escolas, sem treinamento adicional.

nômico na análise de uma técnica é tão importante quanto as possibilidades físicas de sua implantação, talvez a assessoria a nível de firma pudesse contar com maior receptividade. Tais elementos por si só aumentariam a produtividade de nossos profissionais, que como um todo passariam a ser valcrizados, valorizando assim a profissão, que poderia, a esta altura, nos apresentar outros fatos.

Observem os senhores que esta é apenas uma opção para interpretar todos êstes eventos, nós a adotamos sem contudo nos esforçarmos em sua defesa. Um raciocínio adicional ajudará a clarear esta interpretação.

Se vivíamos uma situação inicial em que não havia economistas rurais suficientes, poder-se-ia, lançando uma lei de Say para o mercado de trabalho da Profissão de Economista Rural afirmar que "Todo economista rural produzido teria sido empregado".

Não havendo Economistas Rurais empregados era porque êles não eram produzidos, o que teria que acontecer nas faculdades, que então voltam a ser responsabilizadas pelas inexistência de material humano.

Sem pretendermos alongar por mais tempo esta nota histórica, podemos oferecer também algumas razões que justifiquem o não atendimento por parte das escolas neste particular.

De início, as Faculdades não eram bem equipadas com os meios para ensinar. Eram carentes até de professôres. Alia-se a isto o fato de não se produzir nas universidades o que ensinar. Pesquisas em universidades brasileiras com êsse objetivo representam fato relativamente nôvo.

Acima e por cima de tudo isso havia uma rigidez institucional curricular que impedia quaisquer ajustamentos que viessem melhorar o currículo num ou noutro ponto.

Havendo esta razão ou outras a serem citadas, o que estará fortemente marcado é que em nossas realizações de hoje não podemos pautar na nossa história, temos que produzir mais e ir mais longe, pois, veremos que no final nem tudo está perdido. Basta que lembremcs de que nossa história na década dos 60 apresenta também fatos novos e bastante encorajadores.

2. AS FUNÇÕES DA ECONOMIA RURAL E O PAPEL DO ECONOMISTA RURAL

A fim de atender ao tópico específico a que fomos convidados a dirigir, tínhamos que discorrer sôbre o significado

da Economia Rural para o desenvolvimento do Brasil.

A circunstância nos exigia afinal conceitos sobre o significado da Economia Rural.

Se optássemos pela etimologia do vocábulo, teríamos qualquer coisa que colocasse economia e agricultura em conexão, o que deixaria seus limites muito amplos e de apreensão difícil pela capacidade de cada um de nós. Se raciocinásemos em termos de sua origem, teríamos aquela idéia que se podia conceber à luz do que se expressou na sua história: uma ciência que não tendo sido bem fundamentada (no caso brasileiro), não conseguiu sequer servir de apoio para a arte da Economia Rural. Dêste modo, preferimos, adotando o proceder do Prof. Breymeir (4), referir ao significado da Economia Rural por aquilo que se nos apresenta como suas funções.

A escolha dêste meio deficiente implica em que as grandes obrigações da Economia Rural não sejam aquelas que ela tem para consigo mesmo, mas também aquelas responsabilidades que ela tem para com o público (ou os públicos), aos quais ela serve ou deveria servir.

Sendo assim, Economia Rural passa, basicamente, a significar: Assessoria à administração da firma que se liga à agricultura — e Definição de linhas básicas para o delineamento de políticas relacionadas à agricultura.

— Uma terceira função que passaria a ampliar o significado que desejamos definir é a que diz respeito a auxílios científicos metodológicos, que Economia Rural pode emprestar a outras ciências.

Reportando à nossa nota histórica, gostaríamos de mencionar que ao citarmos algo sobre o passado da economia rural no Brasil, seguimos mais ou menos esta mesma orientação, não tendo, todavia, podido tocar nesta terceira função.

Vejamos agora o que estamos querendo com êstes três itens que chamamos de funções da economia rural.

Administração da Firma — Aqui poderíamos volver-nos dentro da Economia Rural ao conceito grego: OIKONOMICUS — associando-o ao familiar conceito de administração rural. A definição ampla da “firma que se liga à agricultura” nos oferece bastante flexibilidade para que incluamos aqui também, a firma que trabalha com o produto da agricultura, e a firma que fornece os fatores de produção ao setor agrícola. Não importaria se esta firma estivesse empenhada simples-

mente na comercialização, ou se estivesse transformando êste produto, ou, para ser mais geral, executando ambas tarefas.

A êste nívei o papel do economista rural seria aquêle de introduzir seus elementos técnicos no processo de tomada de decisões no nível micro-econômico, procurando colocar cada unidade em condições a atingir o fim almejado. Maximização de lucros, embora se pareça muito materializado, tem-se provado algo que se deva desprezar, embora o Prof. Boulding(2) já tenha adiantado não ser êste o princípio que corresponde à real motivação do comportamento das firmas. Argumenta o mesmo professor que algo sôbre teoria de organização devesse ser introduzido, a fim de se especificar um mecanismo de estabilização das variáveis que chocam com as possibilidades da firma ao ultrapassar os limites de disponibilidade desta.

Delineamento de Políticas Agrícolas — Numa interpretação mais pragmática, segundo a orientação do Prof. Boulding, poderíamos situar esta função como “o estabelecimento de princípios de organização econômica do segmento agrícola da Economia. Kelso(7), da Universidade de Arizona, afirma ser esta a mais alta aspiração do Economista Rural, ou mesmo da própria Economia Rural.

Aqui nesta faixa, o economista rural pode prestar grande ajuda àqueles que decidem sôbre assuntos de interesse público, auxiliando-os na consideração das dimensões essenciais do cenário sócio-econômico da agricultura. Para isto o Economista Rural deverá ser ganancioso por fatos, como deve ser o economista... Mesmo assim não deve ficar satisfeito com meros fatos... êle deve suspeitar de qualquer explícita clareza que o passado lança com relação ao presente. Deverá estar alerta ao refletir sôbre êsses fatos, a fim de assimilar os efeitos de diferentes causas, atuando isoladamente ou em conjunto. Deverá usar seu conhecimento para construir um esquema de análise econômica e então usá-lo na interpretação do lado econômico dos problemas sócio-econômicos inerentes ao agregado que representará a agricultura como um todo. Ao referirmos a esta função da Economia Rural, vale a pena mencionar que dada a natureza envolvente que certos problemas assumem, um pouco de destreza analítica na área de agregados econômicos será sempre útil ao economista rural independente do nível a que colocará sua atividade individual.

Metodologia Científica — Finalmente, chegamos a uma função da Economia Rural à qual pouco nos referimos até aqui.

Talvez, pela sua própria natureza de elemento de ligação entre Economia e Agricultura, a Economia Rural tenha muito que oferecer desta sua função. É interessante notar, também, que o público ao qual possa interessar não será aquêle constituído de agricultores, nem dos responsáveis por políticas agrícolas. Esta função a Economia Rural desempenha em favor de outras ciências, ou pelo menos, outras disciplinas.

Antes de mais nada, diríamos que o economista rural terá muita metodologia para ensinar ao economista geral que começasse a se interessar pelos problemas de agricultura.

Permitam-me os senhores, e eu diria que aqui temos uma importante atribuição, principalmente quando consideramos algumas mudanças que temos sentido atualmente em nosso país.

Por outro lado há que se ensinar um pouco de metodologia de análise econômica para nossos agrônomos. Eis aqui outra facêta que poderá representar excelente contribuição nossa, em termos de aumento da produtividade dos recursos nas nossas ciências que têm seu assunto ligado à agricultura.

Deve-se também mencionar a necessidade de novos esquemas para se analisar aspectos específicos que podemos distinguir nos problemas econômicos ligados a nosso setor básico.

Quando notamos a situação de espanto que envolve certos técnicos renomados do exterior ao encarar alguns problemas da agricultura brasileira, vemos que temos ainda um vasto caminho a percorrer nesta faixa de nosso conhecimento. Com certeza que, no final, nos estará reservada a oportunidade de colocar nestes problemas o nosso espírito criativo e a nossa originalidade. Nós precisamos estar alertas também a todos êstes pontos.

Pois bem, meus senhores, se estas três funções que, com certeza não chegam a ser exaustivas, são o que se espera do Economista Rural, não haveria como responsabilizar aquêle técnico de que falamos há pouco, pela sua execução. Eles não tinham recebido as credenciais técnicas que os capacitassem a tanto. E as faculdades que foram responsabilizadas pela deficiente capacitação, começam a acordar para o problema, lançando-se em programas de pós-graduação, sôbre o que oferecemos alguns comentários, uma vez que se trata do tema básico do nosso encontro êste ano.

3 — PÓS-GRADUAÇÃO E A CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO ECONOMISTA RURAL

Visualizando sua responsabilidade pela carência de elementos qualificados para desempenhar os papéis que são atribuíveis ao Economista Rural, as Universidades lançam programas pós-graduados.

Em Economia Rural a experiência que Viçosa lançou em 1960 frutificou e, hoje, já temos Piracicaba e Pôrto Alegre mostrando seus primeiros produtos. Ceará aprota-se e por certo não tardará a colocar-se entre aqueles que estão se esforçando por um melhor desempenho técnico-profissional.

O assunto começa a ganhar corpo e a se projetar a ponto de a nossa SOBER promover o encontro de 1968 sobre o tema:

“A Pós-Graduação de Economia Rural no Brasil”.

Que seja a atitude de nossa sociedade uma promoção, mas que assuma também uma posição de vigilância.

Se temos que contar com a pós-graduação para resolver o problema do ajustamento do economista rural a suas funções, convém que estejamos certos de que a iniciativa da Pós-Graduação seja sempre calcada em princípios convenientes, contando com o auxílio de elementos capazes, a fim de que ela não sirva para aumentar as frustrações e promover maiores desajstamentos.

Se a pós-graduação é reconhecida como elemento capaz de aprimorar as habilidades de nossos técnicos e enquadrá-los em suas funções, é necessário que quem cuidará dela ou quem a promoverá também esteja ciente de tudo isto, entendendo o teor de responsabilidade de que reveste o evento.

Recentemente, tivemos a oportunidade de falar sobre a melhora da pós-graduação em Economia Rural no Brasil, a um grupo de colegas nossos, reunidos em um seminário patrocinado pela Fundação Ford. — Naquela ocasião, procuramos focalizar o problema considerado em seus aspectos econômicos, que envolviam custos e retornos encarados sob o ponto de vista dos três elementos básicos que se envolvem no assunto, tais como: a Universidade, o empregador do técnico e o próprio técnico.

Entre algumas interações discutidas a este nível, conseguimos apontar certas modificações que partindo do empregador, viriam redundar em benefício e estímulo direto ao técnico e concluiria aumentando a produtividade das Universidades.

Aquela altura, havíamos considerado apenas as relações e interações específicas que se definiam nas decisões a ser tomadas por aquêles elementos.

Hoje, quando precisamos de refletir em t ermos mais amplamente postos, e observamos alguns acontecimentos de âmbito nacional, notamos que os elementos quantitativos envolvidos terão que se ampliar.

A necessidade da presença do Economista Rural tem sido sentida a diferentes níveis de atividades de nossa agricultura. Estes diferentes níveis que abrangem, envolvem t da a conjuntura nacional, até aqu es vividos firmas particulares, que já ressentem a necessidade do técnico. Basta que nos lembremos de certos elementos básicos de a o governamental, como a Carta de Brasília, O Programa Estratégico de Desenvolvimento e outros, que foram recentemente elaborados.

Sem querer discutir a elabora o dêstes documentos, e os elementos básicos que os norteiam, gostaríamos de chamar a aten o dos senhores para as possíveis repercussões do que se encontra explícito em seus objetivos. Na consecui o de todos êles estão envolvidos análises, julgamentos e decisões que serão mais bem orientados se o forem por alguém que se fundamentar naqu es conhecimentos que a nossa profissão engloba. A nível de emprêsas privadas, podemos mencionar o mercado de trabalho que se define entre as firmas de planejamento, que a cada dia têm seu número aumentado.

Outras oportunidades excelentes têm surgido com o crescimento da a o dos organismos regionais, que têm têm aumentado com o passar do tempo.

Tudo isto, em t ermos do que descrevemos naquela análise que fizemos, representar  acréscimo no número de empregadores e diversifica o da natureza dêsses.

Isto sem dúvida vem aumentar os estímulos e incentivos a que mais profissionais se dirijam ao ramo da Economia Rural, procurando sua oportunidade do treinamento pós-graduado.

E  s Universidades, que mudanças serão solicitadas? Antes de mais nada, o primeiro impacto será o aumento de candidatos a seus cursos de p s-gradua o. Há, a esta altura, certo perigo de que elas se envolvam demasiadamente pela euforia quantitativa de ver crescido seu número de estudantes, o que poderá redundar em sacrifício da qualidade de seu trabalho. Aqui, convém que sejamos vigilantes.

É preciso que as Universidades sintam que há várias possibilidades de retornos ao seu trabalho na pós-graduação e que grande número desses retornos deverá ser contemplado com mais atenção do que o simples aumento de seus estudantes, o que, sem dúvida, significa mais prestígio.

Há, inicialmente, custos na necessidade de mudanças estruturais que absorvam as características desejadas no treinamento pós-graduado. Há necessidade de mudança na mecânica dos processos de ensino e na filosofia básica de nossos métodos educacionais.

Paralelamente, há a mudança que julgamos das mais compensadoras para as Universidades, que são aquelas que se expressam na benéfica associação da pesquisa ao ensino.

Neste ponto, entendemos que se encontra a mais alta recompensa que recebem as Universidades. Esta recompensa expressa-se na atualização dos conceitos ensinados, o que pode abranger a Universidade em todos os níveis educacionais em que atua, promovendo, deste modo, maior adestramento técnico-científico de todos os seus universitários.

Há a recompensa do aprimoramento de sua produção científica, que também crescerá em volume. Quando estes elementos são dados ao conhecimento do meio técnico mais abrangente, por exemplo, de âmbito nacional, aí sim, seu prestígio crescerá.

Ainda com relação à mudança causada pelo melhoramento das condições de pesquisas em uma universidade, há o fato, do reconhecimento, por parte dos elementos de governo, da importância que estes estudos podem assumir para eles. Este, recentemente, tem-se tornado um fato que envolve, de maneira especial, as pesquisas realizadas na nossa área de conhecimento.

É com satisfação desmedida que notificamos aos senhores que o Instituto de Economia Rural da UREMG, apesar de viver nas condições de isolamento que os senhores conhecem, tem podido concluir que nas condições atuais tem recebido mais solicitações de realização de estudos, do que suas possibilidades permitem aceitar. Apenas para ilustrar, mencionamos o fato de estar o IER, no momento, envolvido em um estudo de comercialização que abrange sete estados de nossa região centro-sul. O Instituto está, no momento, finalizando algumas análises de problemas econômicos da agricultura do estado de Goiás. Em Minas, estão sendo compostos os documentos finais de um conjunto de pesquisas realizadas no Vale do Jequitinhonha.

Iniciam-se os contatos para a realização de estudos em convênio com a SUNAB, tanto para sua organização central, no Rio, quanto para a sua delegacia de Belo Horizonte.

A concretização de algumas destas oportunidades, por certo ainda nos custará alguns investimentos, todavia, o fato de estarmos sendo solicitados tem um significado especial para nós, pois implica no reconhecimento do esforço que se faz no nosso meio.

A tudo isto que estamos chamando de recompensa às mudanças causadas pela pós-graduação, aia-se ainda a melhora final do técnico que é o seu objeto. Este elemento ao se concretizar de fato, constitui-se no mais destacado retorno que pode receber a instituição.

Ao concluirmos êste tópicó, gostaríamos de, resumizando, mencionar que no investimento na pós-graduação, uma série de custos naturalmente terão seus retornos; encarando-os dos diferentes pontos de vista, pode-se afirmar que, no final, o saldo é positivo, tanto para aquêles que se envolvem diretamente no processo, quanto para a sociedade como um todo, que passará a contar com uma série de recursos mais bem trabalhados.

Acreditamos que para a Economia Rural, a pós-graduação pode representar a solução do problema de capacitação de seus técnicos, para as funções que se lhes atribuem.

Envolver-nos na ou com a pós-graduação é mais do que uma conveniência, é uma necessidade, resta agora saber como.

Um Apêlo aos Colegas Economistas Rurais

Para finalizar, gostaríamos de chamar a atenção dos senhores, a fim de colocar juntos uma série de pontos sôbre que tentamos tecer alguns comentários.

Pensamos que se pode aceitar, que nossos colegas em outros tempos não tinham condições, nem eram solicitados a desempenhar aquêles papéis que hoje interpretamos como tendo sido da alçada dêles. Êste conjunto de fatos custou-nos um atraso razoável em tôda a nossa profissão. Como consequência nós ainda temos que nos colocar quase que em posição de verdadeiros pioneiros, quando nos dirigimos a uma série de direções. Isto tudo pode representar uma situação menos confortável do que a que talvez aspirássemos. Por outro lado, não será justo negarmos a existência de uma série contínua de mudanças, tôdas tendentes a melhorar as

condições de nossa participação na evolução dos fatos que envolvem o agregado de que fazemos parte, como profissionais.

Ainda por outro lado, a estrutura institucional dentro da qual nos formamos, procura equipar-se convenientemente, oferecendo condições ao nosso aperfeiçoamento.

Até o presente nos foi fácil responsabilizar as inadequadas condições estruturais pelo nosso estado. Esta estrutura aos poucos vai se modificando e com isso mais oportunidades apresentam-se para que nos envolvamos no processo. É possível que a constância de nossa presença esteja, agora, na dependência de nós mesmos. Assim como, também estão as possibilidades de nossa infiltração total no processo das mudanças.

Finalizo lembrando um apêlo que ouvi aqui, ao ensejo do nosso último encontro, do nosso mestre e amigo Prof. Erly Brandão: “Nós precisamos ser mais agressivos”.

REFERÊNCIAS

1) BISHOP, C. E. — The Urbanization of Rural America — Implications for Agricultural Economics — Journal of Farm Economics, Vol. 49 N. 5. Dezembro, 1967.

2) BOUDING, Kenneth E. — The Skills of the Economist — Howard Allen — Cleveland, 1958.

3) ———— Implications for General Economics of More Realistic Theories of the Firm — American Economic Review, Vol. 42 — Maio, 1952.

4) BREIMYER, H. F. — Future Organization and Control of U.S. Agricultural Production and Marketing — Journal of Farm Economics, Vol. 46, N. 5. Dezembro, 1964.

5) ———— The Stern Test of Objectivity for Useful Science of Agricultural Economics — Journal of Farm Economics, Vol. 49, N. 2, Maio, 1967.

6) FRIEDMAN, Milton — The Role of Monetary Policy — American Economics Review, Vol. 57, N. 1. Março, 1968.

7) KELSO, M. M. — A Critical Appraisal of Agricultural Economics in the Mid - Sixties — Journal of Farm Economics Vol. 47, N. 1. Fevereiro, 1965.

8) MARSHALL, A. — The Present Position of Economics — In Memorials of Alfred Marshall, editado por A. C. Pijou — Kelley & Millman. Inc. New York 3, N. Y. 1956.

9) NICHOLS, W. H. — Uma apreciação da Economia Rural no Brasil — Revista Ceres — UREMG, Viçosa, N. 64. Vol. XI, janeiro a junho, 1961.

10) PAIVA, Ruy Miller — Bases de uma Política para a Melhoria Técnica da Agricultura Brasileira — Anais da SOBER — no prelo.

11) TEIXEIRA FILHO, A. R. — Melhoria do Treinamento Pós-Graduado em Economia Rural. Fundação Ford, Rio de Janeiro — GB, junho ,1967.

Comentador: — Ruy Miller Paiva

Senhores Diretores, minhas Senhoras, meus Senhores. É com grande prazer que comentamos o trabalho do professor Antônio Teixeira.

O fato dêsse trabalho ter sido, como êle mesmo diz, entregue à última hora, facilita de certo modo a tarefa do comentador, pois impõe a êste a tarefa de apenas relatar aquilo que constitui a impressão de uma primeira leitura. Se tivéssemos mais tempo, para uma leitura mais cuidadosa, teríamos a obrigação de pensar mais a respeito das nossas críticas e comentários — e nêsse caso iríamos nos sentir mais preocupados com as afirmativas que faremos a seguir.

Acredito que a melhor forma de comentar êsse trabalho, é ir folheando-o com certo cuidado. Observo, por exemplo, aqui em sua “nota histórica”, que o prof. Antônio Teixeira, procurou estudar a história da economia rural do Brasil e como pesquisador objetivo procurou tirar do conhecimento que tinha às mãos, do material de que dispunha no momento, certos ensinamentos e conclusões de valor geral. Assim é que afirma, a êsse respeito, que ultimamente já se vinha sentindo no Brasil necessidade da função do economista rural, função essa que não estava sendo desempenhada a contento pelos profissionais do país. O atendimento à procura de estudos da economia rural não se fazia antes por falta de um suprimento maior de agrônomos e economistas especializados no campo da Economia Rural.

Pensando rapidamente sôbre êste assunto, decido-me a tomar uma posição de certo modo contrária a essa e dizer que a economia rural não se desenvolveu antes no Brasil justamente porque não havia demanda para economistas rurais. Não havia no passado, e, no momento, ainda há pouca demanda para estudos sérios, análises objetivas dos problemas de economia rural. Exemplo análogo, temos com a estatística. Não dispomos de um serviço satisfatório de coleta, distribuição de dados estatísticos no Brasil, porque a demanda dêsses elementos ainda é incipiente. A hora que houver

uma demanda efetiva, que exigirem dados fidedignos, aí então nós vamos apresentar uma boa estatística.

Se tivéssemos no Brasil um regime de “economia planejada” que necessitasse de dados e informações precisos a fim de programar nossas atividades econômicas, haveria pressão para que as repartições encarregadas da coleta, da apresentação e da divulgação dos dados estatísticos e da realização de estudos econômicos apresentassem a tempo e a hora essas informações; do mesmo modo, se nossas firmas comerciais estivessem naquêlê nível de conhecimento, naquêlê estágio de civilização em que se quer ser mais eficiente, aí então elas insistiriam junto às fontes por mais dados estatísticos, por mais informações básicas e por mais estudos. E quando houver essa demanda, essa insistência, aí então as repartições, as escolas e os técnicos se esforçariam para fornecer êsses elementos desejados.

Essa demanda por conhecimentos objetivos, por parte do Governo e das firmas, para melhorar suas tomadas de decisão, não era intensa no passado e ainda é muito limitada no presente. Para reforçar êsse ponto de vista, ainda traria um exemplo que me parece muito sério. Nossos centros de pesquisas agrônômicas, as nossas estações experimentais, os nossos Institutos de Experimentação Agrícola, quando estudam a adubação da que é o problema básico da modernização, agricultura, ainda não prestam a devida atenção ao problema econômico. Se se preocupassem com o aspecto econômico do aumento de produtividade, fariam suas experiências de modo a incluir volumes maiores de adubos, até que pudessem medir a curva do aumento decrescente do uso dêsse produto. Pois, estabelecida essa curva poder-se-ia por uma simples aritmética, mostrar, do ponto de vista econômico, o ponto ótimo de edubação. Este é o procedimento básico para se obter a maior eficiência e é também um ponto essencial para os agrônomos do fomento que vão ao campo dizer ao fazendeiro qual é a quantidade de adubo que êle deve usar. Pois bem, há muitos e muitos anos que se fazem experiências de edubação no Brasil e até hoje, não se dispõem dos elementos que permitam a construção dessas curvas. Mesmo no Instituto Agronômico de Campinas, com aquêlê volume imenso de experimentação de campo e com suas inúmeras estações experimentais, e depois de tantos e tantos anos de trabalho nêsse setor, ainda é com a maior dificuldade que se consegue êsses elementos para apenas alguns produtos agrícolas. Estou citando êsses casos apenas para comprovar

com mais um elemento a afirmativa que fizemos: de que entre as razões pelas quais a Economia Rural não se desenvolveu antes no Brasil, encontra-se essa falta de demanda dos trabalhos por ela executados. O próprio agrônomo, trabalhando na experimentação agrícola, não sentiu essa necessidade de dar eficiência econômica a produtividade. E para sentir essa necessidade não precisava conhecer o campo da economia rural; bastava que tivesse tido um curso de agronomia mais objetivo, que não dependesse tanto de instruções teóricas e que fôsse mais voltado ao problema da técnica agrícola que pudesse ser economicamente aplicada pelo agricultor. Como as nossas escolas não ofereciam, e ainda pouco oferecem, dêsse tipo de conhecimento, não houve por parte das estações experimentais a demanda de conhecimento que somente os economistas rurais podiam oferecer.

Continuando com a leitura do trabalho do Prof. Antônio Teixeira, encontramos na página 12, um capítulo sobre “as funções da economia rural e o papel do economista rural”. Neste capítulo esperava que o autor atendesse ao tópico principal da conferência, que é o da função da Economia Rural no desenvolvimento econômico do Brasil. Entretanto, o Prof. Antônio Teixeira tratou neste capítulo de um outro assunto mais limitado, ainda que de grande interesse, que é o campo de conhecimento que a Economia Rural oferece como disciplina.

Houve a nosso ver, uma inversão de assunto, de modo que se nos fôsse permitido, pediríamos ao Prof. Antônio Teixeira que escrevesse um outro capítulo para mostrar aos Economistas Rurais do Brasil quais as funções através das quais a Economia Rural pode contribuir para o desenvolvimento econômico do nosso País. Não obstante, o que o Prof. Antônio Teixeira nos apresenta no capítulo que se inicia na página 12 merece leitura atenta. Mostra o que a Economia Rural pode dar ao economista rural, quanto à administração de firmas, ao delineamento da política agrícola, e também o que pode oferecer às outras disciplinas, como por exemplo, a ciência agrônômica.

Em seguida, pulamos para o final do trabalho, onde o Prof. Teixeira acentua a importância que o curso de pós-graduação tem para o economista rural e faz sentir que esse curso post-graduado é o elemento básico e fundamental para que a Economia Rural possa colaborar para o desenvolvimento econômico do País. Aqui confessamos que nos sentimos em dúvida. Se tivermos em mente o amplo papel da

economia rural para o desenvolvimento do Brasil, diríamos que o papel principal cabe não apenas à pós-graduação mas, à pesquisa de Economia Rural e possivelmente numa importância maior. Sabemos que não se pode medir a importância relativa desses setores, mas nossa tendência é julgar a pesquisa em primeiro plano, junto ou um pouco acima da pós-graduação.

Aliás, constatamos que o Prof. Teixeira sugere que a pesquisa esteja ligada ao curso pós-graduado, de modo a dar ao pós-graduado informações objetivas e uma melhor capacitação de trabalho, no que estamos totalmente de acordo.

Um aspecto positivo do trabalho apresentado do Prof. Teixeira, é que sempre enuncia assuntos de maior importância, assuntos que fazem com que o leitor pense e reflita sobre suas soluções. Felicitamos o autor também por esse aspecto de seu trabalho.

E é justamente pensando sobre uma das questões levantadas por esse trabalho, ou mais precisamente sobre o modo como a Economia Rural poderia colaborar mais efetivamente para a Economia Brasileira, é que nos surge a mente uma série de problemas de grande importância para o nosso País e que deveriam ser estudados por este campo da ciência. Entre esses problemas destaca-se a Reforma Agrária.

É muito grande o número de técnicos que julgam que a reforma agrária é a condição "sine qua non" imprescindível, para o desenvolvimento econômico de nosso País. Entretanto, o problema de Reforma Agrária do ponto de vista estritamente econômico tem sido pouco estudado em nosso País. A economia rural poderia colaborar no estudo desse problema de diversas formas: assim é que poderia primeiramente mostrar qual é a eficiência econômica que se obtém no uso dos fatores nos diferentes tipos de propriedade; em seguida poderia mostrar os retornos obtidos com os recursos aplicados nos serviços de assistência técnica e financeira a esses diferentes tipos de propriedades. E isso porque o desenvolvimento econômico — por pouco que se saiba das forças que realmente fazem o desenvolvimento econômico de um país — depende das taxas de retorno que se obtém no uso dos recursos escassos, e o capital em nosso País é um fator escasso.

Outro problema de maior interesse é o da mecanização na agricultura. A mecanização é importante por aumentar a produtividade. Precisamos por isso do trator. Mas essa

mecanização diminui o número de emprêgo e nós já temos excesso de mão-de-obra no setor rural.

Todos os economistas concordam que à medida que se processa o desenvolvimento econômico, ocorre uma transferência de mão-de-obra no setor agrícola para o setor não agrícola. A transferência que se processa vai depender da importância e das possibilidades do mercado externo.

A Austrália por exemplo, que é o país maior exportador de lã, um dos maiores exportadores de trigo e carne, tem 10% apenas da população no setor agrícola e 90% no setor não agrícola. Quer dizer que com 10% da população agrícola a Austrália abastece o seu mercado interno e ainda exporta. O Brasil que tem 50% da mão-de-obra no setor agrícola, não pode, evidentemente, manter o mesmo nível tecnológico. Este tem que ser baixo, pois se fôsse alto não teria onde colocar tudo o que teria de produzir. O mercado externo não poderia consumir tudo isso, porque a elasticidade de preço da demanda dos produtos agrícolas não ajuda muito nisso, e, tampouco o mercado interno, pois ainda que aumente a renda dêste, é preciso considerar que a elasticidade-renda da demanda dos produtos agrícolas também nos ajuda muito.

A medida que se desenvolve a capacidade do setor agrícola de produzir alimentos e matérias-primas é preciso que se desenvolva também o outro setor não agrícola. Através do uso de adubos, máquinas, sementes selecionadas, inseticidas, antibióticos, etc., obtém-se um aumento de produção do setor agrícola tão grande, que é preciso transferir mão-de-obra no setor agrícola para o setor não agrícola, para que não haja excesso de produção. Como proceder essa transferência, como manter êsse desenvolvimento equilibrado são questões que interessam aos economistas e aos economistas rurais. As opiniões a respeito são muitas e muito diversas. Todos porém concordam num ponto, que é o de ter de haver essa transferência de mão-de-obra, para que o desenvolvimento se processe.

O Brasil no momento está com cêrca de 50% da população no Setor Rural. Se indagamos a respeito do nível tecnológico que deve ser mantido no país, face a essa alta percentagem, ficamos sem poder dar uma resposta positiva. O que podemos dizer, sem receio, é apenas que se fazem necessários muitos estudos de economia rural para que se possa ter uma resposta segura.

As mesmas necessidades de estudos e pesquisas se fazem necessárias quando se considera o problema dos preços dos

produtos agrícolas e dos preços dos fatores adquiridos pelos agricultores, assim como da eficiência dos mercados, dos processos de comercialização e de exportação, além de muitos outros.

Para finalizar, devemos novamente felicitar o Prof. Antônio Teixeira Filho e agradecer a oportunidade que tivemos de poder discutir este valioso trabalho.

Comentador: Stahis Panaghides

É para mim um grande prazer participar da VI Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais. Lamento o meu pouco conhecimento de português, mas espero que tudo não seja "grego para vocês"!

É uma honra comentar o trabalho apresentado pelo professor e amigo Teixeira Filho. Sinto não dar-lhe a atenção merecida, uma vez que o mesmo chegou às minhas mãos faz poucos minutos.

Meus comentários pretendem complementar alguns pontos em relação aos quais eu acredito que o Prof. Teixeira não tenha dado a necessária ênfase.

Primeiramente eu focalizo as partes 2 e 3 do trabalho, que tratam do padrão de treinamento do economista rural no Brasil.

As funções da economia rural, os objetivos profissionais do economista agrícola e o tipo de treinamento pós-graduado que se necessita, podem ser adequadamente entendidos somente no contexto de suas contribuições para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

É com relação ao objeto principal que eu gostaria de contribuir para o trabalho do Prof. Teixeira, solicitando pôr um treinamento mais amplo de nossos economistas rurais.

Desenvolvimento é um processo onde a transformação social é um dos aspectos básicos e no qual não podemos ser apenas especialistas de produção.

Ao invés disso, é necessário, sendo mesmo uma obrigação profissional de nossa parte, uma melhor compreensão de macroeconomia, política econômica e problemas de mão-de-obra.

Uma ênfase especial deve ser dada em nossas instituições para adaptar e complementar as teorias e técnicas que recebemos de nossos colegas norte-americanos. É realmente irônico o fato de nossos melhores projetos alimentares, baseados em técnicas quantitativas refinadas, demonstrarem uma superprodução de alimentos, enquanto simultaneamente grande parte de nossa população vive em um nível de

subnutrição, não satisfazendo um mínimo de requisitos da técnica alimentar. Por outro lado, o que se tornou retrospectivamente um tema fundamental nesta conferência, nosso sucesso em aumentar a produção e a produtividade, tem gerado uma evasão de trabalho no setor rural, que parece ter alcançado proporções perigosas, enquanto o setor urbano não tem condições de absorvê-lo.

Uma segunda observação se relaciona à escolha de trabalho para a pesquisa em nível pós-graduado.

Nós que trabalhamos em planejamento governamental freqüentemente nos sentimos isolados, sem conhecimento de como a política agrícola elaborada em níveis governamentais mais elevados funcionará, e qual o seu impacto no campo onde o sucesso e o fracasso de tal política será determinado.

Na maior parte das vezes, nos limitamos à política de “ensaio e erro” que pode se mostrar altamente custosa e ineficiente. Seria altamente proveitoso para agricultura e para o país, se houvesse maior entrosamento entre os trabalhos realizados nas universidades rurais e as necessidades de planejamento. Uma cooperação nas universidades e, por exemplo, nosso trabalho no IPEA, poderia provar ser de grande utilidade e mutuamente benéfico. A escolha de teses, por exemplo, poderia ser feita através de consultas às necessidades dos órgãos de planejamento e dessa forma as conclusões de tais estudos seriam de maior utilidade para a política de planejamento agrícola. Freqüentemente, tenho ouvido estudantes pós-graduados queixarem-se da irrelevância de seus trabalhos para a solução de problemas atualmente enfrentados pelo país, enquanto por outro lado, na formulação da política agrícola, estamos operando em um vácuo de informações e compreensão incompleta das implicações de nossas políticas.

Finalmente um comentário sobre o papel geral do economista agrícola, no sentido de insistir para que se evite que nos tornemos administradores, uma vez que dispomos de vantagens na área de ensino e pesquisa. É desnecessário dizer que a necessidade de economistas rurais em posições administrativas de responsabilidade é grande, entretanto espero que visemos a tais estágios apenas como realização pesterior a serem alcançados após, pelo menos, alguns anos de ensino e pesquisa.

Agradeço ao Dr. Geraldo de Alencar do IPEA pela crítica construtiva.

DEBATES

Olegário Rodrigues Primo

Após a apreciação da tese apresentada pelo Diretor do Instituto de Economia Rural, Dr. Antônio Rafael Teixeira Filho e os comentários que surgiram com os técnicos responsáveis por essas análises, parece-nos que ainda alguma coisa que precisa ser dita, poderia melhorar a identificação de alguns problemas, que vêm impedindo que os técnicos em Economia Rural se tornem realmente efetivos e que assim, possam melhor trabalhar em benefício do desenvolvimento sócio-econômico do país.

Ao identificar as funções do economista rural, o Dr. Antônio ressaltou que elas são de assessoria pública no campo da política econômica, uma assessoria ao nível das firmas e um auxílio científico às demais disciplinas.

Um comentário que faríamos para poder esclarecer melhor os obstáculos que temos se basearia no seguinte: a economia rural aqui no Brasil é uma disciplina realmente jovem e está sendo apresentada a um nível superior que a classe dirigente e a classe dos consumidores, dêsse tipo de conhecimento, estão capacitadas para compreender.

Em outras palavras, permanecemos, ao longo de muitos séculos, sem podermos cadastrar e acumular um nível de conhecimentos técnicos que pudesse mais tarde ser utilizado pelas classes dirigentes e seus assessores. De uma hora para outra resolvemos implantar esse tipo de estrutura de conhecimento.

Ora, os programas de educação pós-graduado são ministrados ao nível de MS e PhD, para servir de auxílio às tomadas de decisões aos níveis da firma onde a maioria dos agricultores é constituída de pessoas não alfabetizadas; ao nível público onde os líderes são alfabetizados e até portadores de diplomas de cursos superiores, mas com insuficiente treinamento em matéria econômica e ao nível de auxílio às demais disciplinas, onde ainda não se definiu o papel de

cada disciplina, onde ainda não se definiu o papel de cada ciência e onde o treinamento em outros campos não é conduzido ao mesmo nível de pós-graduado em economia rural.

Então temos aí defasagem entre o nosso nível de conhecimento de hoje e o nível de conhecimento daquelas pessoas com quem iremos atuar.

Edward Schuh

Os senhores ouviram um “portu-grego” há pouco, e agora irão ouvir um “portu-glês”.

Quero fazer um comentário que tem relevância ao trabalho do Tonito e ao comentário do Ruy, que salientou a falta de demanda para o serviço de economistas. Eu concordo com isso, mas acho que não adianta pleitearmos reconhecimento, o que temos a fazer é merecê-lo.

Meu ponto de vista é o seguinte: temos uma pequena falta de relevância em nossa pesquisa, êsse já é um ponto tocado indiretamente por Ruy e, quero reforçá-lo.

Nós demos um grande passo no Brasil ao começarmos a fazer pesquisa em Economia Rural, porque, 5 (cinco) anos atrás, com exceção de São Paulo, existiam poucas pesquisas sobre Economia Rural no Brasil e agora em 1968 temos um volume mais ou menos adequado, embora não suficiente, e que está crescendo.

Na minha maneira de ver não estamos fazendo muita força para colocar esta pesquisa a serviço do país. Penso ser êsse, um problema importante, por isso pertencente ao trabalho de Tonito.

Grande parte de nossa pesquisa, está sendo feita através dos programas de pós-graduação. Nesse caso, a pesquisa tem objetivos múltiplos; um o de fazer pesquisa em si, e outro, o de dar treinamento ao aluno.

Acontece por vezes darmos mais atenção ao objetivo de ensino e menos à relevância da pesquisa. O ponto importante é estarmos bem carentes de recursos para pesquisa, mesmo com o seu aumento dia a dia. Assim sendo, temos uma responsabilidade de atacar os problemas importantes da sociedade; devemos, portanto, nos preocupar mais com a relevância do nosso trabalho, desenvolvendo programas de pesquisa que realmente abranjam programas da sociedade, a fim de resolvê-los.

Muito obrigado.

Camilo Calazans Magalhães

O tema abordado é deveras atraente e me leva a fazer considerações adicionais, principalmente às que foram feitas por Olegário Primo e Ruy Miller Paiva.

Creio que o problema de Economia Rural, deveria ser explanado em 3 (três) etapas ou fases.

É muito importante que tenhamos um preparo em Economia Rural, sofisticado, de pós-graduação, cu seja, conhecimentos agrônomos profundos, com conhecimentos econômicos. Também é necessário, não para a macroeconomia mas para a economia de administração, para que o agrônomo sem curso de pós-graduação possa ter e obter conhecimentos de economia e de administração.

É muito necessário também que o economista geral, tenha preparo e especialização em economia agrícola; não posso desassociar a economia em rural e urbana. A ciência é uma só, os instrumentos analíticos são vários, a metodologia é a mesma.

Não se pode fazer planejamento em macroeconomia pensando apenas na faixa rural.

O professor Ruy Miller Paiva demonstrou bem que a primeira coisa a se pensar num planejamento econômico, digamos, de uma comunidade rural, o mais difícil é saber o que fazer com a mão-de-obra que será expelida da sociedade agrícola e, como utilizar a mesma.

Ai o economista geral é necessário, para o profundo conhecimento de economia.

Podemos analisar, por exemplo, apenas a parte da economia agrícola e dizermos que precisamos dar subsídio ao setor rural, pois é aquele que tem uma rentabilidade menor, mais lenta; todavia, subsídio significa redistribuição de renda e, para se redistribuir uma renda tem-se de saber de onde será tirada e, qual o outro setor que tem possibilidade de fazer essa transferência de renda. Isso, pensando no problema de exportação que também foi abordado pelo Dr. Miller Paiva com muita propriedade e também, pelo Dr. Olegário Primo.

Só precisamos exportar o que nos possa trazer renda e recursos para o desenvolvimento e, não exportar por exportar.

Então minha intervenção seria apenas no sentido de que se pensasse nessas etapas e nesses conhecimentos especializados de economia rural. Na economia rural do agrônomo, na economia rural sofisticada com o curso de pós-graduação

e, finalmente do conhecimento da realidade agrícola ao economista, naquele que sai da Faculdade de Economia, como é o meu caso que sou economista geral.

Sinto que necessitamos de maiores conhecimentos dessa realidade agrícola e do setor rural.

Obrigado.

João Luiz Cardoso

Analisando o trabalho do Prof. A. R. Teixeira Filho, notei uma ênfase tãda especial aos problemas de ensino em curso pós-graduado. No entanto, acredito que, nós deveríamos nos preocupar mais com a melhoria em quantidade e qualidade nos cursos básicos normais, anteriores aos de pós-graduado desenvolvido pelos estabelecimentos de ensino.

Esclareço, ao mesmo tempo, que a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, possui um quinto ano diversificado em “Economia Rural”.

O procedimento supramencionado seria uma forma bastante econômica de resolução de problemas de ensino em “Economia Rural”, já que se conhece que a manutenção de cursos de pós-graduação torna-se bastante dispendiosa para as entidades governamentais.

Antônio Teixeira Filho

Sr. Presidente, meus senhores, me sinto agora em uma posição mais confortável, porque, como replicante, o que eu disser aqui não será submetido a outras observações.

De modo geral, diríamos que os comentários e as objeções, a que se submeteu nosso trabalho, nos pareceram definidos talvez por algumas especificações das funções dos comentaristas. Fazendo essa observação de ordem geral gostaríamos de individualizar algumas respostas.

Comentários do Dr. Ruy Miller Paiva:

Sobre nossa nota histórica, êle quis afirmar, com o dito “cada coisa no seu tempo”, que a razão do estado histórico da Economia Rural, está no fato de não ter tido essa ciência, se assim possa chamar, demanda de seus conhecimentos.

Essa é a primeira afirmação à qual queremos nos dar o prazer de contestar. Não aceitamos essa afirmação. Nosso

argumento básico nos leva ao tempo da descoberta d'êste país. Nossa economia sempre dependeu da agricultura. Decisões ligadas ao setor agrícola sempre existiram e assim sendo, sempre existiu uma demanda potencial por aquilo que a Economia Rural pode fazer. Se esta demanda não se concretizou em forma de solicitação a quem possuísse os conhecimentos, êstes deveriam estar alertas, vigilantes, oferecendo sua capacidade e sua ciência.

Usando o exemplo do Dr. Ruy Miller Paiva, aspectos econômicos ligados ao problema de adubação, lanço o seguinte argumento: se um técnico ou uma equipe, se envolve no estudo dos resultados de aplicação de determinada fórmula de adubação, êste técnico poderá ser suficientemente envolvido com o aspecto físico ou fitotécnico que o problema envolve; nós economistas rurais cu os nossos colegas que iniciaram êsse trabalho, é que teríamos de ficar vigilantes e alertas, tentando dar ao técnico os elementos de análise, o conteúdo analítico, que mencionamos como função da economia rural.

Quanto ao tópico Funções do Economista Rural e da Economia Rural, o nosso comentarista gostaria de ver alguma coisa específica sôbre o Brasil.

Ao introduzir nosso trabalho, mencionamos que a orientação básica que seguimos definiu o nosso proceder acadêmico. Convidaríamos os senhores, então, para que se transportassem para o mundo acadêmico e tentassem especificar o que seriam as funções da economia rural. Vamos ver que conseguiremos colocar todos os itens específicos que foram aqui mencionados, dentro daquilo que tentativamente chamamos de Funções da Economia Rural.

Preocupava-nos ao preparar êste trabalho a idéia de que talvez devessemos explicar algo com mais ênfase para o caso brasileiro.

Imaginem os senhores os problemas que apareceriam se num trabalho como êsse quiséssemos especificar as funções do economista rural e da economia rural ao cuidar dos problemas brasileiros relacionados com reforma agrária, assistência técnica, política de importação, política de exportação, mecanização agrícola, que foi dita aqui, migração da mão-de-obra que é gerada pelo desenvolvimento de outros setores, problemas de regionalização; o célebre problema de que se falava mais noutros tempos, nossa dependência em algumas atividades específicas etc. Se começarmos a pensar

sôbre isso será mais fácil aceitarmos um processo acadêmico que procurasse com algumas generalizações, englobar aquelas possibilidades de tocar cada um desses aspectos.

Há outro aspecto, que se liga a essa definição acadêmica nossa; ao englobar tôdas estas funções, a economia rural, fazendo, ensinando ou pesquisando sôbre delineamentos de políticas agrícolas ou sôbre assessoria às firmas, pensamos que não se trataria de ensinar ou de aprender, pela veleidade e prazer de ensinar ou de aprender alguma coisa e sim por que êstes conhecimentos são úteis.

Assim, quando nós afirmamos que a economia rural precisa cuidar do delineamento de políticas agrícolas, estamos querendo dizer, que êsses cuidados seriam úteis quando fôssemos tratar de colocar êsses conhecimentos a serviço da determinação conveniente do que seria uma reforma agrária, do que seria uma política de assistência técnica, de assistência creditícia, importação, exportação etc.

Outro ponto que o Dr. Ruy Miller Paiva menciona e não podemos aceitar muito bem, está no fato de nós tentarmos no nosso trabalho atribuir à pós-graduação a responsabilidade da capacitação do nosso técnico e da solução do problema geral que a economia rural tem vivido atualmente.

Podemos confessar, a essa altura, que nossa orientação foi simplesmente uma, de amarrar a preleção ao tema básico do nosso encontro, que era pós-graduação em Economia Rural. Procuramos dessa forma, dizer o que é possível a pós-graduação fazer, e nós não queríamos com isso dizer que ela é capaz de fazer tudo.

Por outro lado, comentando a observação do Dr. Ruy Miller Paiva, em que afirma que pós-graduação não é soiação primária, não é o que deve vir primeiro e sim pesquisas, gostaríamos de afirmar que não conseguimos conceber no atual estado de desenvolvimento do ensino, um programa de pós-graduação sem pesquisa. E, pensando um pouco, no estado do conhecimento dos técnicos que se dirigiriam à pesquisa faríamos a observação recíproca, não concebendo, no estado atual, pesquisas serem feitas por nossos técnicos, sem que eles tenham passado por algum treinamento de pós-graduação. Talvez seja oportuno chamarmos a atenção para o fato de que pós-graduação não é alguma coisa que dê título de M.S., Magister Scientiae ou de Ph.D.. É algum treinamento que vem depois do indivíduo graduar-se. No caso específico do tema que envolve o nosso encontro aqui, talvez estejamos falando mais daquelas duas outras possibilidades.

Comentários do Dr. Stahis Panaghides

Com relação às observações do Dr. Panaghides, chama êle atenção para alguns pontos e conforme disse, não há contradição, quer simplesmente fazer adições.

Então quer ver no economista rural, um indivíduo com uma formação mais ampla e mais abrangente, colocando-o na posição não apenas de indivíduo que cuide especificamente da parte econômica dos problemas sócio-econômicos da agricultura, mas que seja um cientista social. Estamos de acôrdo.

Com relação aos aspectos da necessidade de treinamento macroeconômico no nível de pós-graduação, nos limitamos a falar de pós-graduação aqui hoje, enfatizando alguns aspectos gerais, em que queríamos ressaltar a conveniência de nos envolvermos com pós-graduação. Assim fazendo não queríamos definir se êsse ou aquêlo tópico deveria fazer parte do que seria talvez o currículo de pós-graduação. Achamos que os aspectos macroeconômicos são importantes. Gostaríamos de lembrar ao Prof. Panaghides que também teve muito pouco tempo para ler nosso trabalho, que ao definirmos o que deveria ser os conhecimentos básicos em economia rural, para quem cuidasse de assessoria política, especificamos relações inter e intra-firma e vice-versa, para o economista rural que cuidasse de assessoria à firmas mencionamos a necessidade de conhecimentos das relações agregadas. Generalizadamente, gostaríamos de dizer que não estamos fugindo ao aspecto específico mencionado que o nosso trabalho dá idéia de que a Economia Rural é um trabalho que é o ensinamento de conceitos de economia ao nível agregado.

O Dr. Panaghides parece ter entendido à certa altura que o nosso trabalho dá idéia de que a economia rural é um trabalho que deve ser feito a nível da Administração Rural apenas, ou seja um nível de administração de firmas. Se comunicamos essa impressão vale lembrar que o sentido e o objetivo do trabalho não tem essa intenção e, se pudermos prender isso a uma interpretação por parte do que êle leu, então temos que desculpá-lo como ao Dr. Ruy, pelo pequeno tempo que tiveram para ler o trabalho.

Êle resalta outro ponto que tem sido "pedra no nosso sapato". Trata-se da necessidade de promover maior ligação entre universidades que estão com o seu programa de pesquisa desenvolvidos e as Instituições que usarão dessas informações. Sabemos disso. Dada a escassez de recursos que é

muito grande, não temos podido (agora falando especificamente de Viçosa) sanar êsse problema como gostaríamos e como deveríamos. Também sabemos que isso é uma necessidade.

Outros comentários

O primeiro comentarista do plenário que se dirigiu ao nosso trabalho foi o nosso amigo e colega Olegário.

O prof. Olegário afirma que estamos fazendo treinamento do economista rural de tal forma que êle observa o nosso técnico, tratando de uma série de assuntos que fogem da capacidade de entendimento daquele público com o qual êle vai trabalhar. Em princípio nossa atitude foi de rejeição à esta argumentação. Agora se parássemos no que entendemos do que quis dizer o Prof. Olegário, continuaríamos a afirmar que não concordamos com isso; contudo, houve um outro comentarista que mencionou a importância das observações feitas pelo Prof. Olegário. A esta altura, pensamos não têrmos conseguido boa interpretação do que disse o Sr. Olegário. Gostaríamos de dizer, o que define, o que nós precisamos saber não é a capacidade daqueles com quem vamos trabalhar e sim, os problemas que estão vivendo. Muitas vêzes êles não entendem seus próprios problemas. Questão importante não é aquela do individuo da firma, da fazende é, muitas vêzes daquêle que toma a decisão agregada, e sabe perceber. Temos de procurar ver os fatos e dêsses retirar aquilo que vamos considerar como problemas, não apenas aquêles que êles são capazes de visualizar.

Julgamos de certo modo controvertido o argumento do Prof. Olegário que, mencionando êste aspecto, interpreta o Dr. Ruy Miller Paiva em têrmos de função de produção, o que constitui um elemento meramente técnico, fora do alcance do público, do Economista Rural e que nem por isto deixa de ser útil.

Conforme dissemos anteriormente, estamos preocupados com a possível má interpretação que demos à observação do Prof. Olegário.

Também houve a observação do Dr. Schuh que argumenta pela necessidade de aumentarmos a relevância em nossa pesquisa. Citando o problema da pesquisa dentro da Universidade êle coloca o mesmo muito bem. A pesquisa dentro da Universidade tem enfrentado até agora uma multiplicidade de problemas e, dentro dessa multiplicidade,

muitas vezes, por causa da emergência que certos problemas assumem, por exemplo: treinamento do técnico, atendimento das exigências do mesmo, as necessidades que lhe são impostas etc., temos perdido com relação à relevância das causas estudadas.

Esse problema nos preocupou desde que assumimos a direção do Instituto de Economia Rural de Viçosa. Sentimos sempre a necessidade de definição de nossa parte, como instituição que se envolve em pesquisa, daquilo que seria o programa básico que norteia as nossas pesquisas, tendo também as flexibiidades necessárias. Hoje demos alguns passos nessa direção, contudo, sempre será possível apontar em todo e qualquer problema de pesquisa, a falta de relevância em que se incorreu ao atacar êste ou aquêle problema. Temos que estar sempre vigilantes; nunca poderemos dizer que atingimos o máximo, que as nossas pesquisas foram as mais relevantes possíveis.

O Dr. Schuh menciona também a questão do volume adequado, querendo dizer que o atual volume de pesquisa que se faz é adequado.

Se tivemos a impressão certa gostaríamos de dizer, que por não conhecermos êsse volume, não saberíamos se é adequado ou não.

Tornamos então às observações do Dr. Camilo Calazans, em que se fala outra vez nas etapas de conhecimento que se deveria exigir do economista rural. Achamos que no processo de dosagem do currículo de formação dêsses técnicos, teríamos a considerar uma série de parâmetros para definir nossas etapas. O assunto sem dúvida carece dessa atenção.

O Prof. Laudemiro de Almeida, reconhecendo que o sentido acadêmico que se deu ao trabalho cria polêmica, parece ressaltar alguma coisa que sem dúvida foi um dos nossos objetivos. E, de certo modo, diríamos à essa outra que há outras afirmações na preleção que se fêz aqui essa manhã, sôbre as quais gostaríamos de ouvir mais discussões.

Há afirmações que pensamos fôssem realmente polêmicas e, sem saber porque, vimos que algumas delas não foram tocadas. Ora, nossa orientação era exatamente a de procurarmos ser polêmicos e inquietarmos a mente de cada um dos senhores.

O professor Laudemiro de Almeida comenta sôbre a questão que, ao ensinar economia rural, temos de perseguir um objeto quase único que é o homem. Temos a impressão

de que ao definirmos o nosso campo de trabalho como sendo uma ciência social, implicamos clara e naturalmente nisso.

O Prof. José Ramalho, com um aval à nossa tese, parece que aceitou o que queríamos dizer, que seria a lei de Say para o mercado de trabalho de economista rural, assim sendo, aceita nossa tese de colocar à frente as universidades. Tomamos isso como um apóio a uma idéia mais ou menos fundamental à nossa.

Tivemos uma lembrança do acadêmico João Luiz Cardoso, que fala da possibilidade de melhoria do treinamento, sem contar com a pós-graduação, quando menciona o fato de já existir na sua escola. Agora sabemos que há em outras escolas a possibilidade de se fazer o que em Viçosa chamamos de semi-especialização ou, treinamento diversificado. Sem dúvida é uma possibilidade, e acreditamos que virá naturalmente aumentar as condições de produtividade do trabalhador, do elemento humano, que cuidará de economia rural. E nós já estamos vivendo a mesma experiência em Viçosa, num segundo ano; temos tido a grata satisfação de ouvir boas notícias de alguns dos nossos treinados. De propósito não colocamos aqui essa possibilidade porque, treinamento variado nas nossas condições, vive hoje, um problema da pequena ou inexistente seletividade por parte do mercado.

É possível que haja colegas, que tendo se formado nesse esquema, em economia rural, estejam trabalhando em áreas diferentes; isso é natural quando se tem uma experiência nova. Contudo somos daqueles que acreditam na diversificação e não achamos que devemos esmorecer diante dessa não seletividade do mercado.

Mais uma vez, colocando a universidade à frente, achamos que com essa capacidade, viremos aumentar também a produtividade técnica, ou seja, do técnico.

Assim sendo, creio que foram estas as observações que consegui captar dos comentaristas.

Nessa oportunidade, mais uma vez, queremos agradecer à diretoria da S.O.B.E.R., pelo prazer que nos comunicou e a honra com que nos distinguiu, convidando-nos a apresentarmos êsse trabalho.

Há uma série de escusas que deveria partir dessa pessoa que fala aos senhores. No momento, entretanto, achamos que as expressaria bem solicitando vissem como partindo de alguém que também está começando agora.

Muito obrigado.